MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

UNIDADE JURISDICIONADA

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

BRASÍLIA-DF, 05/2011

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

UNIDADE JURISDICIONADA

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias, anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

BRASÍLIA-DF, 05/2011

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

SENAR AR/DF	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Distrito Federal
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAR CENTRAL	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Central
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
SEBRAE NACIONAL	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEBRAE-DF	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal
PAT	Plano Anual de Trabalho
FPR	Formação Profissional Rural
PS	Promoção Social
FAPE-DF	Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal
PER	Programa Empreendedor Rural
NCR	Negócio Certo Rural
NR31	Norma Reguladora 31 - Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, Exploração florestal e aquicultura
UJ	Unidade Jurisdicionada
DN	Decisão Normativa
TCU	Tribunal de Contas da União
CGU	Controladoria Geral da União
TI	Tecnologia da Informação
SIS SENAR	Sistema de Informações do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
RH	Recursos Humanos

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E ETC

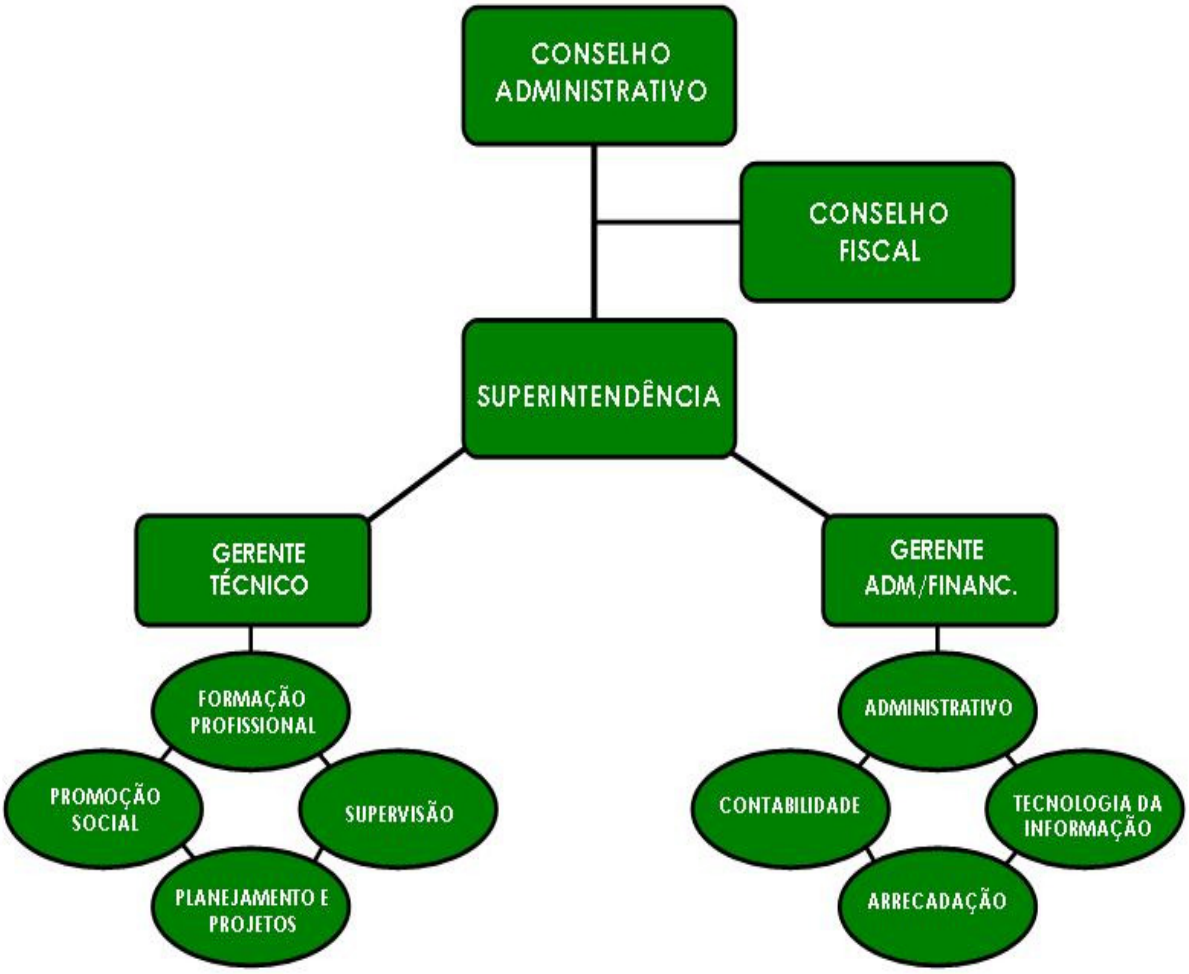
Título	Página
Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	08
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....	13
Quadro A.2.1.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....	14
Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	14
Tabela 1 - Desempenho do Programa Agrinho.....	15
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes.....	19
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital.....	19
Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	20
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créd.originários da UJ..	21
Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	22
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	22
Gráfico 1 – Comparativo do Programado x Realizado das Ações / Atividades.....	23
Gráfico 2 – Comparativo do Programado x Realizado dos Participantes.....	23
Gráfico 3 – Comparativo do Programado x Realizado da Carga Horária.....	24
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de RH - Situação apurada em 31/12/2010.....	25
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	25
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de RH por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....	26
Quadro A .5.7 - Quadro de custos de RH nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	26
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	28
Quadro A.6.2 - Resumo dos Inst. celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	29
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	29
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	30
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	31
Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ.....	33
Tabela 2 – Arrecadação Bruta Comparativo da Arrecadação Bruta 2009-2010.....	37
Gráfico 4 – Comparativo da Arrecadação.....	38
Tabela 3 – Balanço Orçamentário – Comparativo da Receita Orç. com a Arrecadada..	39
Tabela 4 – Balanço Orçamentário – Comparativo da Despesa Orçada com a Realizada por Natureza de Gastos.....	40
Tabela 5 – Demonstrativo do Resultado.....	41
Tabela 6 – Balanço Patrimonial Comparado – Ativo.....	42
Tabela 7 – Balanço Patrimonial Comparado – Passivo.....	43
Tabela 8 – Demonstração das Variações Patrimoniais Ativas.....	44
Tabela 9 – Demonstração das Variações Patrimoniais Passivas.....	45
Tabela 10 – Balanço Financeiro – Receita.....	46
Tabela 11 – Balanço Financeiro – Despesa.....	47
1 - Parecer do Conselho Fiscal.....	48
2 - Parecer do Conselho Administrativo.....	49

SUMÁRIO

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010. 8
1.1 Relatório de Gestão Individual 8
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 9
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade 9
I. Competência Institucional 9
II. Objetivos Estratégicos 10
2.2 Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais 10
I- Analise do andamento do plano estratégico. 11
II Analise do plano de ação. 12
2.3 Programas de Governo Sob a Responsabilidade da UJ 12
2.3.1 Execução dos Programas de Governo Sob a Responsabilidade da UJ 12
2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ 14
2.3.3 Promoção Social 15
2.3.4 Programas Especiais ligados à Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador 15
2.3.5 Formação Profissional Rural 17
2.3.5.1 Programas Especiais que estão ligados à Qualificação Profissional do Trabalhador. 18
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO 18
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa 18
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes 18
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas 20
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa 20
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ 20
2.4.3 Indicadores Institucionais 23
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010. 24
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010. 24
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 25
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos 25
5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos 26
5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra 27
5.6 Indicadores Gerencias Sobre Recursos Humanos 27
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010 28
6.1 Transferências efetuadas no exercício 28
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010 28
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios 29
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes 29
6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse 30
7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010. 30
7.1 Estrutura de Controles Internos da UJ 30
8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010. 32
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 32
9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010. 33
10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010. 33
10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI) 33

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010. 34
12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010. 34
13. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO 35
14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 107, DE 27/10/2010.....35
15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 57 DE 27/10/2010 35
16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 35
17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 35
18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 35
19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 35
20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 35
21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 35
Nota Explicativa 1 36
Nota Explicativa 2 36
Arrecadação.....37

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE			**Código SIORG**: Não se aplica.
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Distrito Federal			
Denominação abreviada: SENAR AR/DF			
Cód. SIORG: Não se aplica	**Cód. LOA:** Não se aplica	**Cód. SIAFI:** Não se aplica	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Organização Social e Serviços Sociais Autônomos			
Principal Atividade: Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		**Código CNAE:** 85.99-6.99	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3242-6646	(61) 3244-3512	(61) 3244-7639
E-mail: senar@senardf.org.br			
Página na Internet: http://www.senardf.org.br			
Endereço Postal: SIA Trecho 02 Lote 1630 – CEP: 71.200-029 – Brasília – DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada: Previsto no art. 1º da Lei 8.315, de 23/12/91 e criado pela portaria nº. 006/95, de 19 de outubro de 1995, do Conselho Deliberativo. È um órgão de execução descentralizada das ações de formação profissional rural e promoção social do trabalhador rural do Distrito Federal. Registro em cartório número 00003062 do livro nº. A-05 em 02/12/2004.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada: Regimento Interno Aprovado pelo Conselho Administrativo			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

I. Competência Institucional

O presente relatório de atividades contempla todas as ações executadas por esta Regional no exercício de 2010, com ênfase nos resultados obtidos.

A principal responsabilidade da instituição é desenvolver**,** em todo território do Distrito Federal**,** ações de Formação Profissional Rural - FPR e Atividades de Promoção Social – PS, voltadas aos produtores, trabalhadores rurais e suas famílias, contribuindo para sua profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania.

As ações atendem todos os núcleos rurais do Distrito Federal por meio de instituições parceiras, que identificam as demandas e as enviam para análise e aprovação. Alguns eventos são organizados pela própria Administração Regional (ex. Programa Empreendedor Rural - PER, alguns Programas Especiais).

Em sua estrutura de atendimento**,** a regional conta com o processo de supervisão como um dos pilares da instituição. Os supervisores acompanham as reuniões dos parceiros, orientando-os sobre o direcionamento da programação, avaliam in loco a execução e o desempenho dos trabalhos, atuam de forma interativa com os instrutores e analisam a repercussão dos eventos face à missão estratégica da regional.

As diretrizes de atuação da Regional estão concentradas no desenvolvimento das pessoas do meio rural, buscando mantê-las no campo com dignidade**,** proporcionando a geração de renda e sustentabilidade de suas propriedades, em cumprimento da função social da terra. As ações do SENAR acompanham o desenvolvimento do mercado de trabalho, as mudanças tecnológicas e as políticas públicas.

Visando atender as peculiaridades da região, a instituição atua, ainda, em atividades voltadas para programas específicos, a exemplo do Negócio Certo Rural, Empreendedor Rural, Administrar, sendo o público, em sua grande maioria, proveniente das pequenas propriedades.

A instituição tem por excelência a busca pela efetividade das ações, desde a reformulação do PAT - Plano Anual de Trabalho, instrumento balizador do orçamento, até os parceiros e representantes mobilizadores das comunidades rurais. O desafio a ser alcançado é o desenvolvimento do setor agropecuário, assim como a viabilidade econômica, o aumento da produção e renda do produtor e do trabalhador rural.

Os parceiros exercem papel fundamental no cumprimento da missão da instituição, dentre os quais**,** a Federação de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal, os Sindicatos Rurais, SEBRAE-DF, Secretaria de Estado de Educação, entre tantos outros, criando condições necessárias para cumprir as metas do exercício.

Outra atividade de realce foi a participação em feiras e eventos, o que possibilitou ao homem do campo conhecer e interagir com os objetivos da instituição. A gratuidade dos cursos e treinamentos, fator de grande alcance social, é motivo de sucesso entre os demandantes das ações.

Para 2011, novos desafios serão enfrentados, em atendimento às novas demandas, destacando-se as ações motivadoras das lideranças, já devidamente capacitadas, nas diferentes comunidades rurais do Distrito Federal. Estes líderes receberam treinamentos especiais em mobilizações ministradas por técnicos do SENAR Central.

Pretende-se, ainda, neste exercício, atingir todas as comunidades rurais do Distrito Federal.

Com este procedimento, novas demandas têm surgido, a exemplo de cursos de pedreiro rural, eletricista rural, caseiros e outros que refletem as reais necessidades do público alvo do SENAR/DF.

II. Objetivos Estratégicos

O planejamento do exercício teve como meta 224 ações de Formação Profissional Rural – FPR e 30 em Promoção Social – PS.

Face às novas demandas, fez-se uma adequação, o que implicou em ajustes no planejamento, na busca de cumprir as atribuições, destacando-se:

a) Priorizar o atendimento em áreas ocupacionais que tenham relevância econômica, principalmente na geração de emprego e gestão da propriedade;

b) Democratizar o processo de planejamento das ações de formação profissional rural e atividades de promoção social, através de reunião com parceiros possibilitando discutir e elaborar em conjunto, a programação em nível regional;

c) Supervisionar e orientar as ações e atividades desenvolvidas pelos parceiros, visando maximizar os resultados obtidos;

d) Orientar as entidades de classe, parceiras e contribuintes, nos aspectos formais e administrativos referentes à arrecadação de recursos para o sistema SENAR;

e) Formalizar parcerias com entidades, instituições e empresas que, de alguma forma, possam realizar um trabalho conjunto para o desenvolvimento da Formação Profissional Rural e Promoção Social na área rural.

Essas mudanças possibilitaram o cumprimento do plano de trabalho reformulado e nortearam o planejamento do exercício de 2011. Assim, foi possível estabelecer novos indicadores para avaliar a eficácia das ações executadas.

2.2 Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

A Formação Profissional Rural é um processo educativo, não formal, participativo e sistematizado que possibilita a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e atitudes voltadas para os produtores e trabalhadores rurais que exercem, ou mesmo que irão exercer atividades no meio rural. O referencial da FPR é o mercado de trabalho, por estar centrado na ocupação. As ações são ministradas em diferentes níveis de aprofundamento tendo como exigência a estruturação curricular capaz de propiciar certificação aos aprovados nas ações. No SENAR-AR/DF, a FPR atua em média com 50 (cinquenta) ocupações originadas nas seguintes linhas de ação: agricultura, agroindústria, atividades de apoio agrossilvipastoril, atividades relativas à prestação de serviços, pecuária e silvicultura.

A Promoção Social é uma atividade com caráter educativo, preventivo e complementar da Formação Profissional Rural. Visa o desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais dos produtores, trabalhadores rurais e de suas famílias, numa perspectiva de melhor qualidade de vida, consciência crítica e participativa na vida da comunidade. As diversas atividades de PS devem, ainda, ser propulsoras da profissionalização da pessoa, permitindo ao cidadão obter ganhos sociais e econômicos. A PS desenvolve atividades nos segmentos de alimentação e nutrição, artesanato, saúde, esporte e lazer.

Entende-se que tanto a FPR quanto a PS, quando bem planejadas e executadas, devem necessariamente promover socialmente os produtores e trabalhadores rurais, considerando-se os ganhos econômicos e sociais advindos dos processos educativos. Desta maneira, a Instituição tem como premissa o atendimento às necessidades das comunidades rurais, a gestão do conhecimento, a inclusão social e digital, a garantia do respeito à cidadania e a preservação do meio ambiente.

I- Analise do andamento do plano estratégico.

Os Programas e Ações do SENAR AR/DF realizados no exercício de 2010 envolveram, sobretudo, a **Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador** (Promoção Social) e a **Qualificação Profissional do Trabalhador** (Formação Profissional Rural), serão descritos detalhadamente adiante.

Ao longo do exercício foi mantida a parceria com FAPE/DF e seus 10 (dez) Sindicatos, os quais ampliaram a sua representação junto às associações comunitárias, através da capacitação de lideranças rurais que passaram atuar como''agentes mobilizadores'' do sistema FAPE-DF/SENAR-AR/DF. Com essa inovação surgiram novas demandas, identificadas com o anseio das comunidades antes não atendidas.

Os programas foram cumpridos de forma a atender tais mudanças no processo de mobilização, priorizando ocupações que visam à profissionalização dos produtores e trabalhadores. Com isso, a linha de ação de maior demanda refere-se à gestão da propriedade cujas metas foram superadas no exercício.

Um fator relevante que influenciou nas tomadas de decisões do exercício foi a intensificação do processo de supervisão, instrumento fundamental na aferição do desempenho operacional da instituição, capaz de medir o grau de satisfação da clientela atendida.

Os programas especiais tiveram papel fundamental no andamento do exercício, proporcionando a troca de experiências com outros estados, a adaptação dos mesmos para realidade local e possibilitaram a criação de novas ofertas de cursos que possam atender as exigências do mercado de trabalho ou até mesmo das novas tecnologias. Os Programas que influenciaram no resultado do exercício foram: "Jovem Aprendiz", Parceria com a empresa Asa Alimentos, atendendo o disposto no Decreto nº 5.598 de 1º de Dezembro de 2005, que regulamenta a contratação de jovens aprendizes. Esta ação começou em abril de 2010 e se estenderá até setembro de 2011, sendo atendida uma turma com 25 (vinte e cinco) jovens no curso ''Formação em Agronegócio''. Este Programa irá trazer inúmeros benefícios às diversas empresas do setor rural do Distrito Federal, não somente no aspecto legal, mas também no social, possibilitando assim que jovens na faixa etária entre 14 (quatorze) a 24 (vinte e quatro) anos possam ser capacitados para atuar no mercado de trabalho.

Outro programa lançado no exercício foi o ''Negócio Certo Rural NCR, '' criado pelo convênio entre o SENAR CENTRAL e o SEBRAE NACIONAL e desenvolvido pelas unidades regionais. Na regional do Distrito Federal foram implantadas como experiência piloto 3 (três) turmas com a parceria do SEBRAE-DF. O programa tem como foco principal a gestão da pequena propriedade e o empreendedorismo do produtor e da sua família, na melhoria do seu negócio já existente e na implementação de novos negócios. Com isso o produtor terá a condição de tomar as decisões mais adequadas ao desenvolvimento sustentável do seu negócio em relação ao mercado, organização, gestão e a tecnologia.

O Programa ''Mãos Que Trabalham, '' criado pelo Sistema CNA/SENAR, foi implantado no exercício de 2010 e alcançou o total de 90(noventa) propriedades. O Programa tem caráter preventivo e atua levando informação aos produtores rurais, por meio de instrutores, que orientam

em relação à Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração e Aqüicultura (NR31) e legislação trabalhista brasileira, contribuindo com as políticas públicas do governo federal.

II Analise do plano de ação.

Com o modelo de gestão adotado no inicio do exercício a regional priorizou estratégias que foram aplicadas no âmbito das áreas técnica e administrativa, e excelentes resultados foram obtidos. Porém, com a mudança do processo de gestão durante o exercício, algumas estratégias planejadas foram ajustadas no que se refere ao crescimento de novas parcerias e implantação de novos projetos. Dando ênfase à qualidade e eficiência das ações, ao processo de supervisão in loco e ao processo de mobilização.

A partir do segundo quadrimestre do exercício, a Regional passou a adotar um acompanhamento sistematizado das atividades no meio rural, por meio de visitas técnicas às comunidades, lideranças, produtores e trabalhadores, além da participação em reuniões estratégicas com vários parceiros. Tudo isso com a finalidade de manter-se presente no meio rural afirmando o papel da instituição no que tange a Formação Profissional Rural e a Promoção Social.

Desta forma, possibilitou-se uma política de atuação, contemplando o maior número de comunidades rurais e consequentemente a área de atuação, com o objetivo de levar desenvolvimento e sustentabilidade para o público alvo, tendo como referencial a exigência do Mercado de Trabalho Rural, a Expansão Agropecuária, as Tendências Mercadológicas, cumprindo a proposta de promover a formação profissional rural e o desenvolvimento das aptidões pessoais e sociais de produtores e trabalhadores rurais, visando melhor desempenho nas ocupações que exercem.

2.3 Programas de Governo Sob a Responsabilidade da UJ

- Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Promoção Social)
- Qualificação Profissional do Trabalhador (Formação Profissional Rural)

2.3.1 Execução dos Programas de Governo Sob a Responsabilidade da UJ

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural exerce com êxito o papel de agente formador de profissionais na atividade rural, propiciando igualdades de oportunidades e considerando as necessidades e as aspirações do produtor e trabalhador como cidadão.

Desenvolver a formação do homem do campo é uma das diretrizes estratégicas da instituição. Neste ano buscou-se avaliar melhor as dificuldades metodológicas da aprendizagem, e com isso, superar qualquer barreira que empece a evolução da educação rural. A instituição vem aperfeiçoando novas proposta dentro da metodologia de ensino, ações que possibilitem medir o grau de influência que o processo traz para o treinando, tais como: empregabilidade, melhoria no processo produtivo e na qualidade de vida. É neste sentido que o SENAR AR/DF atua com os programas **Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador e Qualificação Profissional do Trabalhador.** O primeiro consiste na realização de eventos de capacitação para as famílias rurais nas diferentes áreas de atividades de Promoção Social, buscando o desenvolvimento de aptidões pessoais, sociais e melhoria da qualidade de vida. A Qualificação Profissional do Trabalhador consiste na realização de eventos de Formação Profissional Rural para produtores e trabalhadores rurais, buscando sua atualização e aperfeiçoamento nas diferentes ocupações.

Durante a execução dos programas a regional procurou superar as adversidades e peculiaridades que o Distrito Federal possui em relação as características do setor rural, seus produtores, trabalhadores e mercado de trabalho.

Para cumprir as responsabilidades, o desafio da regional é de proporcionar condições para atender e contemplar as características que credencie a instituição a exercer o seu papel de agente formador da Formação Profissional Rural e da Promoção Social.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0108	**Denominação:** Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador					
Tipo do Programa: Programa Finalístico						
Objetivo Geral: Contribuir para o desenvolvimento da pessoa, como cidadão e como trabalhador, numa perspectiva de crescimento e de bem-estar social.						
Objetivos Específicos: Buscar desenvolver aptidões pessoais, sociais e melhoria na qualidade de vida.						
Gerente: Everaldo Firmino de Lima		**Responsável:** Mansueto José César Lunardi				
Público Alvo: Produtores, trabalhadores e seus familiares.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Realizada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**	
Inicial	**Final**					
350.000,00	251.000,00	239.218,12	239.218,12		239.218,12	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Atividades realizadas	01/01/2010	62	30	30	28
2	Participantes Treinados	01/01/2010	744	360	360	334
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto: O cálculo do índice foi elaborado com base no Plano Anual de Trabalho – PAT, reformulado X executado no exercício, número de atividades realizadas e participantes atendidos.						
Análise do Resultado Alcançado: O resultado alcançado é considerado satisfatório, pois, de 30 atividades de Promoção Social programada, foram realizadas 28, que representa 93,33% do total de Atividades programadas.						
Texto: Com base no resultado do programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador e considerando apenas as atividades realizadas em treinamentos, o índice alcançado é satisfatório, porém é necessário ajustes que possibilitem atingir um público maior de participantes por atividade para que haja uma compatibilidade em termos orçamentários, que cominem em um custo por atividade menor. No entanto, considerando a Promoção Social e levando em conta o Programa Agrinho, que está no orçamentário, nossos resultados são ótimos e comparado ao número de pessoas atendidas em proporção ao custo por participante.						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
N						
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: Proposta Orçamentária 2010, Reformulação Orçamentária 2010 e Balanço Orçamentário 2010

Quadro A.2.1.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0101	**Denominação:** Qualificação Profissional do Trabalhador
Tipo do Programa: Programa Finalístico	
Objetivo Geral: Capacitar o indivíduo para o exercício de uma ocupação definida no mercado de trabalho, mediante o domínio de tarefas e operações pertinentes. Destina-se a candidatos ao primeiro emprego ou aos que pretendem mudar de profissão.	
Objetivos Específicos: Possibilitar aos produtores e trabalhadores rurais que exercem ou irão exercer atividades no meio rural, a aquisição de conhecimentos profissionais de determinada ocupação, o desenvolvimento de habilidades e atitudes que garantam a melhoria da produção e a inserção no mercado de trabalho.	
Gerente: Everaldo Firmino de Lima	**Responsável:** Mansueto José César Lunardi
Público Alvo: Produtores, trabalhadores e seus familiares.	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Realizada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.172.000,00	1.161.000,00	1.173.487,90	1.173.487,90		1.173.487,90

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Ações realizadas	01/01/2010	331	224	224	248
2	Participantes Treinados	01/01/2010	4152	2688	2688	2873

Fórmula de Cálculo do Índice: O cálculo do índice foi elaborado com base no Plano Anual de Trabalho – PAT, reformulado X executado no exercício, número de ações realizadas e participantes atendidos.

Texto: Com base no resultado do programa de Qualificação Profissional do Trabalhador e considerando as ações realizadas e o resultado alcançado, avaliamos como satisfatório, porém são necessários ajustes que possibilitem criar mecanismos de avaliação que possam mostrar os resultados por treinamentos e que haja uma compatibilidade em termos orçamentários, para que seja visível o resultado investido em cada ação. No entanto, indicadores que medem a satisfação dos participantes são às vezes empíricos, não possibilitando uma mensuração do índice real investido em resultados palpáveis, como empregabilidade, melhoria na produção, etc.

Análise do Resultado Alcançado: O resultado alcançado é considerado satisfatório, pois, de 224 ações de Formação Profissional Rural programada, foram realizadas 248, um total de 24 ações para mais.

Texto ....

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

Fórmula de Cálculo do Índice

Texto ...

Análise do Resultado Alcançado

Texto ....

Fonte: Proposta Orçamentária 2010, Reformulação Orçamentária 2010 e Balanço Orçamentário 2010

2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
0108	8788	PS				Atividades realizadas	30	28	52
0101	8729	FPR				Ações realizadas	224	248	279
TOTAL							**254**	**276**	**331**

Fonte: Plano Anual de Trabalho - PAT

2.3.3 Promoção Social

O programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Promoção Social) consiste na realização de eventos de capacitação para os produtores, trabalhadores e seus familiares, nas diferentes áreas de atividades, buscando o desenvolvimento de aptidões pessoais, sociais e melhoria da qualidade de vida.

No exercício os eventos da Promoção Social realizados, tiveram como prioridade atividades que possam servir de complementaridade na geração de renda, mudanças comportamentais e sociais.

2.3.3.1 Resultados

As metas previstas para exercício na Promoção Social foram 30 (trinta) atividades, sendo realizadas 28 (vinte e oito) beneficiando diretamente 334 (trezentos e trinta e quatro) produtores, trabalhadores e seus familiares.

A área de atividades mais desenvolvida no exercício de 2010 foi a de Artesanato, tendo sido executadas 22 (vinte e dois) eventos, com destaque para os treinamentos de Artesanato de Rendas, Bordados e Congêneres, e de Cestaria e Trançados. As atividades de Alimentação e Nutrição, e Saúde tendo sido executadas 6 (seis) eventos, totalizando 28 (vinte e oito).

2.3.4 Programas Especiais ligados à Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador

2.3.4.1 Programa Agrinho

O Programa Agrinho tem como base os temas transversais, e objetiva a apreensão crítica da realidade, a sistematização de novos conhecimentos e sua atuação na prática cotidiana, numa conquista de melhor qualidade de vida, atingindo não só o público alvo (alunos e professores), mas, também, toda a comunidade rural em que a escola está inserida.

A adesão ao Programa é voluntária, e contou com uma efetiva participação de Regionais de Ensino, escolas, professores, pais e alunos. Em 2010 contamos a participação de 100% das Regionais de Ensino e 73% das Escolas Rurais, houve grande dedicação e empenho de todos os envolvidos. A quantidade de alunos e trabalhos enviados para o concurso superou o ano de 2009 conforme quadro abaixo:

Tabela 1 - Desempenho do Programa Agrinho

ANOS	REGIONAIS DE ENSINO	TEMAS	ESCOLAS PARTICIPANTES	ESCOLAS INSCRITAS NO CONCURSO	PROFESSORES	ALUNOS	TRABALHOS CONCURSO
2009	10	Saber e Atuar Para Melhorar o Mundo	83	51	462	15.651	230
2010	10	Saber e Atuar Para Melhorar o Mundo	78	52	600	15.670	516

Etapas

A execução do Programa Agrinho obedece a uma estratégia operacional resumida nas seguintes etapas:

1. Seleção de conteúdos e elaboração do material didático-pedagógico;
2. Mobilização de Instituições Parceiras/Comunidade;
3. Capacitação de docentes que irão trabalhar com o Programa junto aos alunos;
4. Publicação do edital do concurso do Programa;
5. Período reservado ao desenvolvimento dos trabalhos Docente e Discente;
6. Supervisão e acompanhamento pela coordenação do Programa junto aos professores e escolas participantes;
7. Visitas motivacionais com as mascotes do programa (Bonecos Agrinho e Aninha) nas escolas participantes;
8. Desenvolvimento das Mostras Agrinho nas Regionais de Ensino com o objetivo de expor, divulgar e socializar as atividades pedagógicas desenvolvidas pelas escolas, alunos e professores;
9. Envio dos trabalhos desenvolvidos por alunos e professores para participação do concurso;
10. Composição da comissão julgadora e seleção dos trabalhos a serem premiados;
11. Solenidade de premiação.

Resultados

Desenvolvido nas escolas rurais e urbanas de Brazlândia do Distrito Federal, o Programa Agrinho, nos anos de 2009 e 2010, apresentou as seguintes mudanças com relação às escolas e comunidades:

- Desenvolvimento nas suas habilidades como: oratória, leitura, trabalho em equipe e liderança.

- Aumento do senso crítico dos alunos através da conscientização, informação e valorização das questões ambientais, sociais e éticas.

- Melhoria no comportamento e nas atitudes diárias da comunidade escolar e comunidade local, nas questões relacionadas ao Meio Ambiente, notícias relacionadas ao meio rural, cidadania, justiça, trabalho e consumo, ajudando nas ações de preservação e respeito ao meio ambiente e cuidado com saúde pessoal e da família.

- Houve interação com pais, familiares, amigos, colegas e professores.

- Envolvimento de instituições e vários segmentos da sociedade num trabalho efetivo e consciente da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

- Realização de Mostras de Ciências, Arte e Tecnologia nas Diretorias Regionais de Ensino com as escolas participantes do Programa.

2.3.4.2 Programa Mãos Que Trabalham

O Programa tem por finalidade levar informações em caráter preventivo aos produtores rurais sobre a Instrução Normativa Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração e Aquicultura (NR31) e a legislação trabalhista brasileira.

Ao implantar o Programa no exercício, a regional contribuiu para o aperfeiçoamento e o cumprimento da lei para o bem estar dos produtores empregadores e trabalhadores do campo.

Resultados

Os resultados obtidos com a execução do programa Mãos Que Trabalham durante o exercício foram a visita técnica para diagnosticar inadequações relativas à legislação trabalhista a 90 (noventa) propriedades rurais.

Atendendo 90 (noventa) produtores empregadores com a visita técnica orientada após 45 dias, para verificação das adequações recomendas pelos instrutores.

As propriedades foram distribuídas em 7 (sete) regiões administrativas e atuaram na execução do programa 4 técnicos, após visitas entregavam os relatórios com os principais pontos diagnosticados.

2.3.4.3 Programa Jovem aprendiz

Oportunidade de formação profissional rural aos jovens de 18 a 24 anos de idade, capacitando-os para o ingresso no mercado de trabalho, por meio de programação elaborada nos termos da legislação. Lei 10.097/00 que regulamenta a inserção do jovem aprendiz.

O Programa é uma parceria entre a regional e a empresa Asa Alimentos e utiliza mecanismos da interatividade, criação coletiva e aprendizagem construída, contendo aulas diversificadas com dinâmicas, atividades lúdicas, vídeos, visitas técnicas e palestras dentro do tema Formação em Agronegócio.

Resultado Parcial

Teve início em 23 de abril, com 25 alunos, encerrando com 21 alunos dia 11 de dezembro, pois o cronograma obedece às férias escolares dos alunos participantes, reiniciando em fevereiro de 2011. O programa foi avaliado pelas partes envolvidas, bimestralmente e/ou ao término de cada módulo, para que melhorias possam ser implementadas de imediato, conforme necessidades identificadas, visando promover maior absorção e aproveitamento dos conteúdos pelos jovens aprendizes.

As aulas teóricas serão distribuídas em encontros com 4 horas diárias, somando 8 horas semanais.

2.3.5 Formação Profissional Rural

A Qualificação Profissional do Trabalhador consiste na realização de eventos de Formação Profissional Rural - FPR para produtores e trabalhadores rurais, buscando sua atualização e aperfeiçoamento nas diferentes ocupações.

As ações realizadas no exercício obedeceram a critérios da democratização e a geração de emprego assim sendo; Agricultura, Agroindústria, Atividades de Apoio Agrossilvipastoril, Atividades relativas à Prestação de Serviços, Pecuária e Silvicultura.

Como resultados finais deste programa, foram executados ao longo do exercício de 2010, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações de Formação Profissional Rural, em diversas Regiões Administrativas, beneficiando diretamente 2.873 (dois mil oitocentos e setenta e três) pessoas, com carga horária total de 6.448 (seis mil quatrocentos e quarenta e oito) horas/aula. A meta para 2010 era de 224 (duzentos e vinte e quatro), e foi superada em 24 (vinte e quatro) treinamentos. A

regional optou em atender a ocupação ligada à administração da pequena propriedade rural, houve maior demanda por parte dos produtores.

2.3.5.1 Programas Especiais que estão ligados à Qualificação Profissional do Trabalhador.

2.3.5.2 Negócio Certo Rural

O Programa Negócio Certo Rural tem como objetivo, contribuir para a melhoria da gestão das atividades praticadas nas propriedades rurais e incentivar os jovens a identificarem idéias de negócio na propriedade familiar.

O programa nasceu de uma parceria entre o SEBRAE e a CNA e visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida no campo, a partir de um conjunto de soluções integradas e sistematizadas que promovam a sustentabilidade, a cooperação e a eficiência da gestão da propriedade familiar rural. O programa auxilia os produtores na melhoria de negócios já existentes e na implementação de novos negócios nas propriedades.

Resultados

As turmas piloto foram selecionadas nos núcleos rurais da Taquara região de Planaltina, núcleo rural da Aguilhada em São Sebastião e no núcleo rural do Rodeador em Brazlândia.

O SENAR-AR/DF participou como parceiro do programa junto com o SEBRAE-DF na execução, não houve participação financeira desta Regional, e sim econômica, na gestão, e supervisão do programa.

2.3.5.3 Outras Atividades Realizadas pelo SENAR AR/DF

A regional participou no exercício de vários eventos que possibilitou a divulgação da instituição perante a sociedade, eventos esses que atenderam um total de 280 (duzentos e oitenta) pessoas. Entre os principais estão à participação na AGROBRASILIA 2010, lançamento do Programa Sindicato Forte, FEST-FLOR -2010, 3ª Ação Comunitária Escolar Lajes da Jibóia, Ação Comunitária da APNRCG e a 1ª Feira de Oportunidade da Comunidade da Fercal.

Além disso, houve participação em reuniões técnicas com vários parceiros possibilitando a interação e a representatividade junto às principais instituições tais como; Workshop "Proposta do Setor Produtivo do DF para o próximo governo". Reuniões técnicas com os instrutores, mobilizadores, Comitê Gestor da APL de Plantas Ornamentais, Programa Jardineiro Legal, Balde Cheio, Oficinas Técnicas de Fruticultura Orgânica, Cultivo de Plantas Medicinais e Pintura em Tecido.

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Os indicadores foram calculados por meio dos dados que a regional mantém em seu banco de dados como: informática, administrativo, contabilidade, departamento técnico.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	Orçamento Aprovado		540.644,54	579.362,89			939.355,46	1.255.637,11
	Orçamento Reformulado		520.644,54	604.362,89			1.314.355,46	1.115.637,11
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			520.644,54	604.362,89			1.314.355,46	1.115.637,11

Fonte: Balancete Contábil dos Exercícios

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: **Não houve movimentação no período**

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	Orçamento Aprovado		1.480.000,00	1.835.000,00				
	Orçamento Reformulado		1.835.000,00	1.720.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			1.835.000,00	1.720.000,00				

Fonte: Proposta Orçamentária e Reformulação Orçamentária 2010

Na proposta orçamentária inicial para o exercício, foi estimado o valor de R$ 1.835.000,00 (um milhão oitocentos e trinta e cinco mil reais) para as receitas e fixado igual valor para as despesas. O planejamento para a reformulação orçamentária foi baseado em 08 (oito) meses de receita e despesa efetivamente realizada. Os valores estimados foram reduzidos em 6,3 %, passando ambos para R$ 1.720.000,00 (um milhão setecentos e vinte mil reais), e aprovada conforme resolução nº. 036/2010/CD de 07/10/2010.

No que diz respeito ao cumprimento do orçamento anual, o desempenho da regional pode ser considerado muito bom, pois, do valor orçado/previsto para despesa foi realizado 99,7 %.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa programada		Despesa realizada	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	83.330,00	34.152,00	73.123,60	34.152,00
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	142.517,22	109.289,22	142.517,22	109.289,22
Inexigibilidade		24.890,00		24.890,00
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	75.212,22	74.559,28	75.212,22	74.559,28
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	218.935,14	249.897,79	218.935,14	249.897,79
Diárias	3.455,00	3.102,50	3.455,00	3.102,50
Livre provimento	33.747,66	30.218,57	33.747,66	30.218,57

Fonte: Recursos Humanos e Departamento de Compras

Contratações diretas por inexigibilidade Programa SIS SENAR

A implantação de um Sistema Informatizado possibilitará o atendimento das demandas com maior agilidade e eficácia, promovendo o gerenciamento interno dos processos.

Após minuciosa análise do gerenciamento do banco de dados, foi constatada a eficiência do programa que oferece relatórios gerenciais, estatísticas, indicadores, projeções, cadastramento de educadores e alunos, emissão de certificados e livro de registros, custos e informações financeiras dos eventos, pagamento de educadores e parceiros, controle de almoxarifado, protocolo, bolsa emprego, entre outras utilidades, apresenta em detalhes e de forma sistemática todas as interfaces do processo que permite ao Gestor uma tomada de decisão mais precisa.

Os relatórios oferecidos possibilitam filtrar informações características de cada evento, tais como, região administrativa, período, ocupações, atividades e etc.

O programa conta, também, com relatórios técnicos que atendem as exigências do Ministério do Trabalho.

Sendo o sistema composto de uma interface interativa, que possibilita uma facilidade no seu manuseio, justifica-se a aquisição desse programa, que é específico por atender a contento a demanda da Regional.

Atualmente o sistema SIS SENAR encontra-se em processo de alimentação de informações.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Realizada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Salários e Vantagens	239.532,57	284.210,05						
Outras Vantagens	19.199,25	10.110,81						
Encargos Sociais Diretos	107.645,18	123.479,66						
Outros Encargos e Benefícios	70.496,75	77.958,53						
Livre provimento	33.747,66	30.218,57						
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
INSS terceiros e Autônomo	71.677,79	74.149,72						
Material de Consumo	53.987,78	58.556,07						
Outros Serviços Terceiros PJ	466.934,87	505.117,84						
Serviços Terceiros PF	18.260,00	0,00						
Diárias Pessoal Efetivo	3.455,00	3.102,50						
Despesas Financeiras	1.012,08	1.041,82						
Indenizações e Restituições	0,00	45.937,78						
Despesas Com Gestores	131.314,00	137.324,00						
Despesas com Ações/Atividades	232.900,96	217.427,76						
Execução de Programas Especiais	154.444,04	126.707,61						
Demais elementos do grupo								

Fonte: Balancete Contábil dos Exercícios

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Não houve movimentação no período

2.4.3 Indicadores Institucionais

Os indicadores proporcionam uma visão comparativa entre os itens relacionados, ações/atividades programadas e realizadas, número de participantes previstos e atendidos e carga horária programada e realizada, do ponto de vista técnico é possível melhorar os indicadores e proporcionar uma visão mais ampla dos resultados, para isso o SENAR esta analisando o programa de avaliação do sistema, o SADES e deve implantar nas regionais mecanismos que possam vir a medir ou criar tais indicadores que possibilitem enxergar os resultados de forma mensurável.
Para a regional, esses indicadores são primordiais para a melhoria dos resultados e tomadas de decisões, no entanto a regional não consegue otimizar recursos para essa finalidade e é necessário o apoio da Administração Central, que vem proporcionando, por meio de relatórios técnicos, tais subsídios.

Gráfico 1 – Comparativo do Programado x Realizado das Ações / Atividades

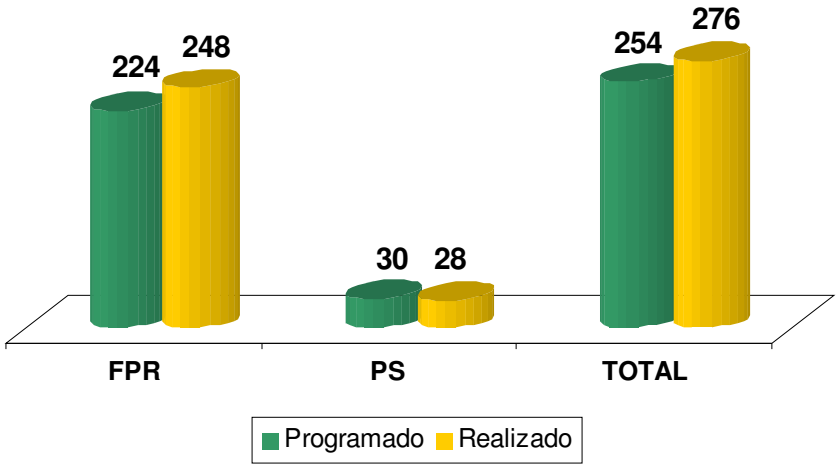


Gráfico 2 – Comparativo do Programado x Realizado dos Participantes

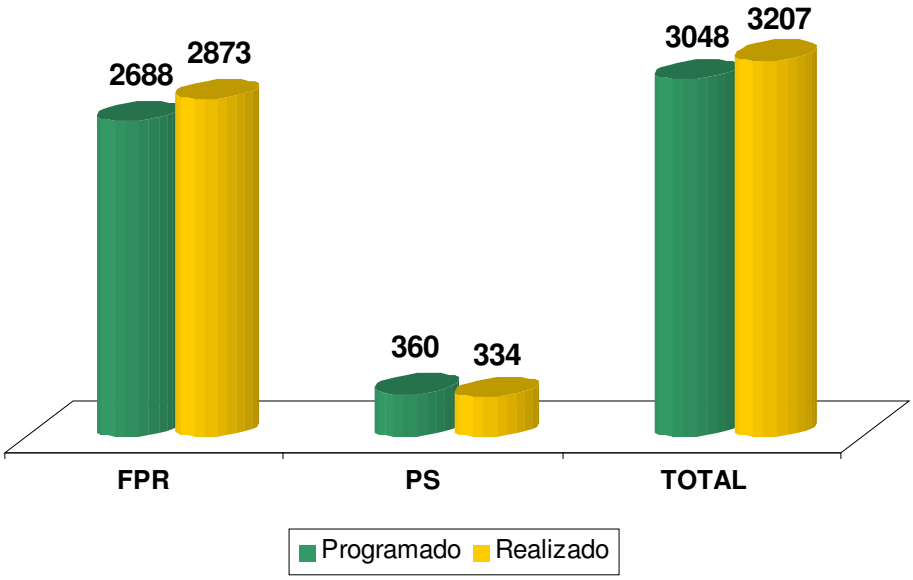
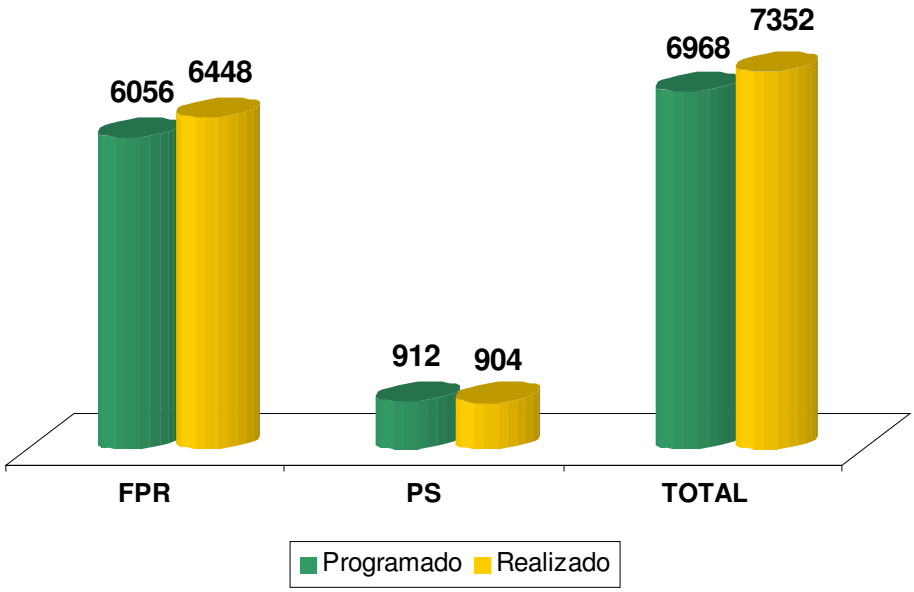


Gráfico 3 – Comparativo do Programado x Realizado da Carga Horária



3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica – Não é da natureza jurídica da UJ

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor celetista vinculada ao órgão	24	13	02	01
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	**24**	**13**	**02**	**01**

Fonte: Plano de Cargos e salários e RH.

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores Celetistas	**01**	**07**	**05**		
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções gratificadas	**Não há**	**Não há**	**Não há**	**Não há**	**Não há**

Fonte: RH

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de RH por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores Celetistas				**02**	**03**	**05**	**03**		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas									

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: RH

5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro A .5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Celetistasque não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	196.654,82	0,00	0,00	0,00	0,00	22.091,58	0,00	218.746,40
2009	239.532,57	0,00	0,00	0,00	0,00	28.147,67	0,00	267.680,24
2010	284.210,05	0,00	0,00	0,00	0,00	34.099,60	0,00	318.309,65
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								

2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Não houve movimentação no período.

5.6 Indicadores Gerencias Sobre Recursos Humanos

O SENAR AR/DF não dispõe de indicadores na área de pessoal. Abaixo segue detalhamento de cada tópico:

- Absenteísmo: o órgão, por se tratar de um entidade com um pequeno quadro funcional, não detecta problemas com faltas e ausência de seus colaboradores.
- Acidente de trabalho e doenças ocupacionais: assunto pouco explorado na entidade. De acordo com a CLT não existe a necessidade de uma comissão para averiguar a solicitação.
- Rotatividade (turnover): não existe uma preocupação proeminente no assunto, por se tratar de um tema onde não necessitamos de um olhar mais profundo.
- Educação continuada: existe um incentivo de bolsa de estudo para a progressão de grau de instrução, porem não existe um programa de educação continuada no que tange a qualificação técnica dos colaboradores.
- Satisfação e motivação: a equipe de trabalho do SENAR AR/DF não dispõe de um plano de pesquisa e objetos capazes de mensurar este tópico, porem existe sim o desejo de implantação de um programa que satisfaça o tema indicado.
- Disciplina: como já mencionado anteriormente, apesar de contar com uma equipe pequena, nossos colaboradores são dotados de boa capacidade técnica e profissional, não decorrendo assim nenhuma revés na questão disciplinar dos mesmos.
- Desempenho funcional: contamos com uma avaliação técnica, que está em concordância com o plano de cargos e salários, e tem como objetivo avaliar o desempenho de cada colaborador, no entanto, há necessidade de um projeto mais detalhado de feedback e aperfeiçoamento de capacitação para os colaboradores que não alcançaram um bom nível de desempenho.
- Níveis salariais: a entidade entende que este tema tem sua importância no gerenciamento de pessoal, por isso conta com um plano de cargos e salários compatível com o mercado de trabalho, onde todos os anos o mesmo passa por uma adequação de acordo com o novel de cada colaborador. Porém o plano não contempla uma progressão a níveis de competência técnica e instrucional.
- Demandas trabalhistas: nossos colaboradores são tecnicamente aptos a exercerem suas funções, e contam com muito incentivo à proatividade, no entanto não existe um plano de ação que especifique cada função detalhada a ser executada.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural									
CNPJ: 37.138.245/0032-96			**UG/GESTÃO:**						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Recebidos**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
4		04.275.413/0001-30	244.093,00				2010	2010	4
4	Proc. 00048/10 e TC 017/10	04.275.413/0001-30	30.000,00				18/05	17/08	4
4	Proc. 00090/10 e TC 026/10	04.275.413/0001-30	23.000,00				18/05	17/08	4
4	Proc. 00090/10 e TC 026/10	04.275.413/0001-30	20.000,00				19/08	20/12	4
4		04.275.413/0001-30	20.000,00						4

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: Balancete

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural						
CNPJ: 37.138.242/0032-96				**UG/GESTÃO:**		
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Valores recebidos em cada exercício** (Valores em R$ 1,00)		
	2008	**2009**	**2010**	**2008**	**2009**	**2010**
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação	1	1	5	599.224,00	435.907,00	337.093,00
Termo de Compromisso						
Totais	1	1	5	599.224,00	435.907,00	337.093,00

Fonte: Balancete

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural					
CNPJ: 37.138.245/0032-96			**UG/GESTÃO:**		
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010**
		Contratados	**Repassados até 2010**	**Previstos para 2011**	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	1			320.000,00	
Termo de Compromisso					
Totais	1			320.000,00	

Fonte: Balanço Orçamentário

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			**UG/GESTÃO:**		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montantes repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda **não vencido**	Quantidade			
		Montante repassado (R$)			
	Com prazo de análise **vencido**	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
			Montante repassado (R$)		
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R$)			
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte:

7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

7.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	**X**				
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	**X**				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	**X**				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	**X**				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	**X**				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	**X**				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	**X**				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			**X**		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			**X**		
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	**X**				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	**X**				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	**X**				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	**X**				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	**X**				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	**X**				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	**X**				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	**X**				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	**X**				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	**X**				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	**X**				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			**X**		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**X**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			**X**		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				**X**	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**X**	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas			**X**		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: Ambiente de controle de riscos devem ser adotados na nova sede como controle interno.					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				**X**	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			**X**		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	**X**				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?				**X**	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?			**X**		
Considerações Gerais:					
LEGENDA ***Níveis de Avaliação:*** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

Não se aplica

10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	**2**	**3**	**4**	**5**
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					

4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	0				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0 %				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais: A UJ não possui gestão de TI					
LEGENDA **Níveis de avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.

Não se aplica devido a natureza jurídica do Sistema "S"

12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não ocorreu no período.

13. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Não se aplica

14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 107, DE 27/10/2010

Não se aplica

15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 57 DE 27/10/2010

Não ocorreu no período

16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

Não ocorreu no período

17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

Não se aplica

18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

Não se aplica

19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

Não se aplica

20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

Não houve no período

21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

Não se aplica

Nota Explicativa 1

SENAR – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL, é a pessoa Jurídica de Direito Privado de Caráter educacional de cursos, aprendizagem, treinamento gerencial e profissional na área rural e se rege pelo regimento e pela legislação aplicável.

Nota Explicativa 2

O Balanço Orçamentário do Exercício de 2010

Comparativo da Despesa Orçada com a Realizada por Natureza de Gastos no código

0101 Qualificação Profissional Do Trabalhador

8729 Qualif. Prof. Agrop. e Agroind.

O valor orçado é de R$ 1.161.000,00 e o valor realizado foi de 1.173.508,56, resultando uma diferença para mais de 12.487,90.

O Plano Anual de trabalho reformulado em Setembro previa 224 treinamentos de Formação Profissional Rural, sendo que a regional executou 248 treinamentos, um total de 24 treinamentos além do previsto.

Com a reestruturação do processo de mobilização da FAPE-DF, através da criação de um representante do sistema FAPE-DF/SENAR/DF em cada associação rural do Distrito Federal, houve um aumento significativo das demandas de atuação. Para atender essas necessidades levantadas, os produtores e trabalhadores rurais necessitam de conhecimentos que promovam a sua formação e qualificação profissional, a Administração de propriedades em regime de economia familiar foi a ocupação que teve mais demanda, no qual avalio-se por bem atender á esses treinamentos.

Arrecadação

As atividades da área de arrecadação estão voltadas para o acompanhamento e controle das receitas através de visitas técnicas e reuniões junto ao maior número possível de empresas e pessoas físicas envolvidas com a comercialização da produção rural no que tange a Lei 8.212/91 e todas suas alterações, organizando, divulgando e executando ações objetivando o aumento da arrecadação do SENAR AR/DF.

Desempenho da Arrecadação em 2010

Nos doze meses de 2010, a arrecadação das receitas administradas pelo SENAR/DF registrou crescimento nominal de 9,82% em relação a igual período de 2009. No acumulado do ano, atingimos R$ 1.313.765,98 (Hum milhão trezentos e treze mil setecentos e sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos) relativo a parte que cabe ao SENAR pela comercialização de produtos agropecuários no Estado.

O desempenho da arrecadação de recursos é estratégico para o funcionamento e sucesso da instituição, pois dele depende fundamentalmente a possibilidade de realização do Plano Anual de Trabalho.

Fatores externos como clima, preços de insumos, mão de obra, mercados e preços de comercialização acabam por influenciar positiva ou negativamente o montante de recursos disponíveis para aplicação nas atividades de capacitação e qualificação rural.

Tabela 2 – Arrecadação Bruta
Comparativo da Arrecadação Bruta 2009-2010

Comparativo 2009/2010			
MÊS	ANO 2009	ANO 2010	VAR %
JAN	42.587,38	66.848,85	56,97%
FEV	54.740,50	66.196,37	20,93%
MAR	75.276,79	59.819,70	-20,53%
ABR	102.064,35	210.301,96	106,05%
MAI	175.177,58	203.126,60	15,95%
JUN	141.500,43	123.282,18	-12,88%
JUL	150.716,88	84.095,09	-44,20%
AGO	82.207,59	95.434,78	16,09%
SET	91.944,87	105.004,49	14,20%
OUT	104.220,21	80.717,10	-22,55%
NOV	80.628,25	101.503,76	25,89%
DEZ	95.221,35	117.435,10	23,33%
MÉDIA	*99.690,52*	*109.480,50*	9,82%
TOTAIS	1.196.286,18	1.313.765,98	9,82%

Nota: Desses valores devem ser descontados (8% Radi + 12% CNA/SENAR-AC)

Gráfico 4 – Comparativo da Arrecadação

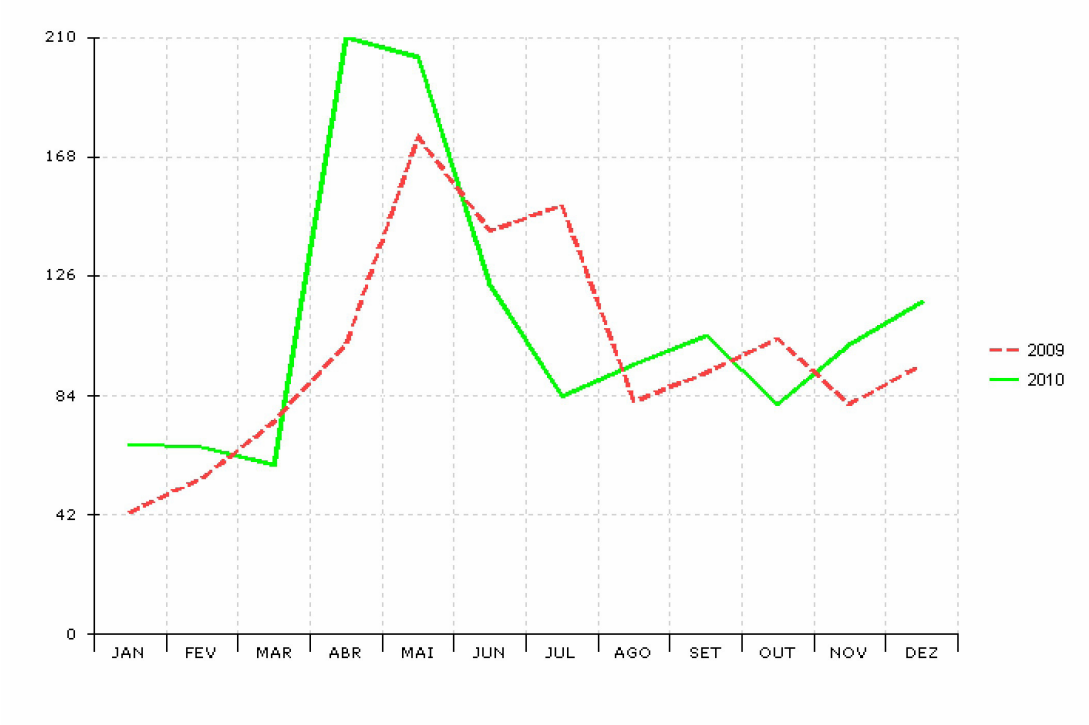


Tabela 3 – Balanço Orçamentário – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇAS	
				P/ MAIS	P/ MENOS
1000.00.00	**RECEITAS CORRENTES**	**1.706.900,00**	**1.564.196,32**	**18.647,35**	**161.351,03**
1200.00.00	**RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES**	**1.266.900,00**	**1.119.722,18**	**0,00**	**147.177,82**
1210.00.00	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**	**1.266.900,00**	**1.119.722,18**	**-**	**147.177,82**
1210.32.00	CONTRIBUIÇÕES RURAIS	10.000,00			
1210.32.02	CONTRIBUIÇÕES S/PROP. RURAL	10.000,00	3.184,67		6.815,33
1210.39.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O SENAR	1.256.900,00	1.116.537,51		140.362,49
1300.00.00	**RECEITA PATRIMONIAL**	**15.000,00**	**16.554,35**	**1.554,35**	
1320.00.00	**RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS**	**15.000,00**	**16.554,35**	**1.554,35**	
1321.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	15.000,00	16.554,35	1.554,35	
1600.00.00	**RECEITAS DE SERVIÇOS**	**-**	**-**		**-**
1600.16.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS				-
1700.00.00	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**	**105.000,00**	**90.826,79**	**-**	**14.173,21**
1711.39.00	TRANSF. CONTRIB. S/RADI	105.000,00	90.826,79		14.173,21
1760.00.00	**TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS**	**-**	**-**	**-**	**-**
1760.01.00	**TRANSF. CONV. C/INST. PÚBLICAS**	**-**	**-**	**-**	**-**
1760.01.01	TRANSF. CONV. MTE				-
1760.01.02	TRANSF. OUTROS CONVÊNIOS				
1764.00.00	**TRANSF. CONV. INST. PRIVADAS**	**-**	**-**	**-**	**-**
1764.05.00	OUTROS CONVÊNIOS			-	
1900.00.00	**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**	**320.000,00**	**337.093,00**	**17.093,00**	**-**
1922.00.00	RESTITUIÇÕES			-	
1990.00.00	**RECEITAS DIVERSAS**	**320.000,00**	**337.093,00**	**17.093,00**	
1990.05.00	SALDO EXERCÍCIOS ANTERIORES				-
1990.05.99	SALDOS EXERC. ANT. - REC. DIV.				-
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	320.000,00	337.093,00	17.093,00	
2000.00.00	**RECEITAS DE CAPITAL**	**13.100,00**	**13.100,00**	**-**	**-**
2200.00.00	**ALIENAÇÃO DE BENS**	**13.100,00**	**13.100,00**	**-**	**-**
2210.00.00	**ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS**	**13.100,00**	**13.100,00**	**-**	
2219.00.00	ALIENAÇÃO OUTROS BENS MÓVEIS	13.100,00	13.100,00	-	
2400.00.00	**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**	**-**		**-**	
2470.01.00	TRANSF. CONV. C/INST. PÚBLICAS			-	
2474.05.00	TRANSF. DE OUTROS CONVÊNIOS			-	
2500.00.00	**OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL**	**-**	**-**	**-**	**-**
2580.00.00	SALDOS DE EXERC. ANTERIORES				-
	SUBTOTAL DAS RECEITAS	**1.720.000,00**	**1.577.296,32**	**18.647,35**	**161.351,03**
	RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-
	BENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO				
	TOTAL DAS RECEITAS	**1.720.000,00**	**1.577.296,32**	**18.647,35**	**161.351,03**

Tabela 4 – Balanço Orçamentário – Comparativo da Despesa Orçada com a Realizada por Natureza de Gastos

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇAS	
				P/ MAIS	P/ MENOS
122	**ADMINISTRAÇÃO GERAL**	**238.000,00**	**220.963,11**	**-**	**17.036,89**
0750	**APOIO ADMINISTRATIVO**	**238.000,00**	**220.963,11**	**-**	**17.036,89**
8701	MANUT. DE SERV. ADM.	53.000,00	40.682,90		12.317,10
8777	PAG. DE PESSOAL E ENC. SOCIAIS	155.000,00	152.815,41		2.184,59
8711	GESTÃO ADMINISTRATIVA	30.000,00	27.464,80		2.535,20
8715	ASSIST. FINANCEIRA A ENTIDADES			-	
128	**FORMAÇÃO DE RH**	**1.000,00**	**448,00**	**-**	**552,00**
0801	**FORMAÇÃO DE GERENTES E SERV.**	**1.000,00**	**448,00**	**-**	**552,00**
8718	CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS	1.000,00	448,00		552,00
131	**COMUNICAÇÃO SOCIAL**	**20.000,00**		**-**	**2.661,23**
0253	**SERV. COMUNICAÇÃO DE MASSA**	**20.000,00**	**17.338,77**	**-**	**2.661,23**
8719	DIVULG. DE AÇÕES INSTITUCIONAIS	20.000,00	17.338,77		2.661,23
212	**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**	**-**	**-**	**-**	**-**
0681	**GESTÃO DA PART. EM ORG. INTER.**	**-**	**-**	**-**	**-**
8753	CONTRIB. A ORG. INTERNACIONAIS				-
301	**ATENÇÃO BÁSICA**	**22.000,00**	**20.943,87**	**-**	**1.056,13**
0100	**ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**	**22.000,00**	**20.943,87**	**-**	**1.056,13**
8703	ASSIST. MÉDICA E ODONTO. A SERV.	22.000,00	20.943,87		1.056,13
306	**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**	**23.000,00**	**19.740,48**	**-**	**3.259,52**
0100	**ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**	**23.000,00**	**19.740,48**	**-**	**3.259,52**
8705	AUX. ALIMENTAÇÃO A SERV. E EMP.	23.000,00	19.740,48		3.259,52
331	**PROTEÇÃO E BENEF. AO TRABALHADOR**	**255.000,00**	**242.420,59**	**-**	
0100	**ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**	**4.000,00**	**3.202,47**	**-**	**797,53**
8706	AUX. TRANSP. AOS SERV. E EMPREG.	4.000,00	3.202,47		797,53
8707	ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES				-
0108	**MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA TRAB.**	**251.000,00**	**239.218,12**		**11.781,88**
8788	PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	251.000,00	239.218,12		11.781,88
333	**EMPREGABILIDADE**	**1.161.000,00**	**1.173.487,90**	**12.487,90**	
0101	**QUALIFICAÇÃO PROF. DO TRABALHADOR**	**1.161.000,00**	**1.173.487,90**	**12.487,90**	
8729	QUALIF. PROF. AGROP. E AGROIND.	1.161.000,00	1.173.487,90	12.487,90	
366	**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**	**-**	**-**	**-**	**-**
0108	**MELHORIA DA QUALID. VIDA DO TRAB.**	**-**	**-**	**-**	**-**
8772	CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO				-
	SUB-TOTAL DAS DESPESAS	**1.720.000,00**	**1.695.342,72**	**12.487,90**	**37.145,18**
	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		**19.465,97**	**19.465,97**	
	DOAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS		30.387,55	30.387,55	
	DESP. DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		(16.255,50)	(16.255,50)	
	PERDA NA ALIENAÇÃO/BAIXA DE BENS		5.333,92	5.333,92	
	TOTAL DAS DESPESAS	**1.720.000,00**	**1.714.808,69**	**31.953,87**	**37.145,18**

Tabela 5 – Demonstrativo do Resultado

RECEITAS		**1.577.296,32**	**100,00%**
Contribuições Sociais	1.210.548,97		77,39%
Receitas Financeiras	13.844,52		0.89%
Recuperação de Despesas	2.709,83		0.17%
Receitas Eventuais	337.093,00		21.55%
Total Parcial		1.564.196,32	
Receita Não Operacional		13.100,00	
DESPESAS		**1.714.808,69**	**100,00%**
Atividade Meio	264.849,93		15.62%
Atividade Fim	1.430.492,79		84.38%
TOTAL PARCIAL		1.695.342,72	
Despesas Não Operacionais		19.465,97	
Déficit do Período		**(137.512,37)**	

Tabela 6 – Balanço Patrimonial Comparado – Ativo

TÍTULO	SALDO ANTERIOR	SALDO EXERCÍCIO	VARIAÇÕES P/ MAIS	VARIAÇÕES P/ MENOS
ATIVO FINANCEIRO	**332.009,66**	**148.300,91**	**12.022,83**	**191.104,26**
DISPONÍVEL	**29.760,69**	**1.219,31**	**0,00**	**28.541,38**
BANCOS C/MOVIMENTO	29.760,69	1.219,31		28.541,38
BANCOS C/MOVIMENTO - CONVÊNIO	0,00	0,00		0,00
RESP. P/SUPRIMENTO (Fundo Fixo de Caixa)				
DISPONÍVEL VINC. EM C/C BANCÁRIA	**176.123,44**	**13.560,56**	**0,00**	**162.562,88**
BANCOS C/VINCULADAS (Contratos, Acordos e Conv.)	0,00	0,00		0,00
BANCOS C/VINC. A APLIC. FINANCEIRA	176.123,44	13.560,56		162.562,88
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	**126.125,53**	**133.521,04**	**12.022,83**	**0,00**
DIVERSOS RESPONSÁVEIS				
DEVEDORES DA ENTIDADE	106.000,00	118.022,83	12.022,83	
ESTOQUE DE CONSUMO	20.125,53	15.498,21		4.627,32
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEVEDORES DA ENTIDADE				
RESULTADO PENDENTE	**0,00**	**0,00**		**0,00**
DESPESAS JUDICIAIS	0,00	0,00		0,00
ATIVO PERMANENTE	**689.770,04**	**700.506,07**	**0,00**	**57.247,13**
BENS PATRIMONIAIS	**899.368,06**	**876.112,51**	**0,00**	**23.255,55**
BENS TANGÍVEIS	**899.368,06**	**876.112,51**	**0,00**	**23.255,55**
BENS MÓVEIS	253.552,03	230.296,48		23.255,55
BENS IMÓVEIS	645.816,03	645.816,03	0,00	
BENS INTANGÍVEIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
CONCESSÃO DIREITO DE USO	0,00	0,00		0,00
CRÉDITOS				
OUTROS CRÉDITOS				
VALORES	**209.598,02**	**175.606,44**	**0,00**	**33.991,58**
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	209.598,02	175.606,44		33.991,58
SOMA DO ATIVO REAL	**1.021.779,70**	**848.806,98**	**243.820,64**	**133.857,13**
PATRIMÔNIO (PASSIVO REAL A DESCOBERTO)				0,00
SALDO PATRIMONIAL	**1.021.779,70**	**848.806,98**		
ATIVO COMPENSADO	**48.365,93**	**14.990,00**		
VALORES EM PODER DE TERCEIROS	48.365,93	14.990,00		33.375,93
TOTAL GERAL	**1.070.145,63**	**863.796,98**	**243.820,64**	**133.857,13**

Tabela 7 – Balanço Patrimonial Comparado – Passivo

TÍTULO	SALDO ANTERIOR	SALDO EXERCÍCIO	VARIAÇÕES P/ MAIS	VARIAÇÕES P/ MENOS
PASSIVO FINANCEIRO	**0,00**	**33.972,71**	**33.972,71**	**0,00**
DÍVIDA FLUTUANTE	**0,00**	**33.972,71**	**33.972,71**	**0,00**
RESTOS A PAGAR	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FORNECEDORES	0,00	0,00		0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS				
CONSIGNAÇÕES				
CREDORES DA ENTIDADE	**0,00**	**33.972,71**	**33.972,71**	**0,00**
IRRF	0,00	6.362,71	6.362,71	
INSS	0,00	26.148,01	26.148,01	
FGTS		46,13	46,13	
PIS		865,84	865,84	
SALARIOS	0,00	550,02	550,02	
OUTRAS	0,00			0,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS				
RESULTADO PENDENTE A CURTO PRAZO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR				
RESULTADO PENDENTE A LONGO PRAZO	**359.883,24**	**290.450,18**	**0,00**	**69.433,06**
DEPÓSITOS EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
OBRIG. EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO				
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	359.883,24	290.450,18		69.433,06
SOMA DO PASSIVO REAL	**359.883,24**	**324.422,89**		**35.460,35**
PATRIMÔNIO (ATIVO REAL LÍQUIDO)	661.896,46	524.384,09		137.512,37
SALDO PATRIMONIAL	**1.021.779,70**	**848.806,98**	**0,00**	**172.972,72**
PASSIVO COMPENSADO	**48.365,93**	**14.990,00**	**0,00**	**33.375,93**
VALORES EM PODER DE TERCEIROS				
VALORES DE TERCEIROS	48.365,93	14.990,00		33.375,93
VALORES DE OBRIGAÇÕES DIVERSAS				
VALORES CONTRATADOS C/TERCEIROS				
TOTAL GERAL	**1.070.145,63**	**863.796,98**	**0,00**	**206.348,65**

Tabela 8 – Demonstração das Variações Patrimoniais Ativas

T Í T U L O	VALORES
VARIAÇÕES ATIVAS	**1.745.010,69**
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**1.607.498,32**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**1.564.196,32**
RECEITAS CORRENTES	**1.564.196,32**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.210.548,97
RECEITA PATRIMONIAL	16.554,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	337.093,00
RECEITA DE CAPITAL	**13.100,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
ALIENAÇÃO DE BENS	13.100,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	**30.202,00**
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS/IMOVEIS	30.202,00
CONSTR. OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	
AQUISIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
DIVERSAS (ALMOXARIFADO)	
BAIXA DE BENS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**0,00**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	
INCORPORAÇÃO DE BENS	
BAIXA DE ATIVO IMOBILIZADO	
DEPRECIAÇÕES	
RESULTADO PATRIMONIAL	**137.512,37**
DÉFICIT EXERCÍCIO	137.512,37

Tabela 9 – Demonstração das Variações Patrimoniais Passivas

T Í T U L O	VALORES
VARIAÇÕES PASSIVAS	**1.745.010,69**
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**1.725.544,72**
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	**1.725.544,72**
DESPESAS CORRENTES	**1.695.342,72**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	646.065,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.049.277,60
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
DESPESA DE CAPITAL	**30.202,00**
INVESTIMENTOS	30.202,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	**5.333,92**
COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.333,92
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	
EMPRÉSTIMOS TOMADOS	
RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	
DIVERSOS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**14.132,05**
CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA	
BAIXA DE BENS	30.387,55
ENCAMPAÇÃO DE DÍVIDAS PASSIVAS	
DEPRECIAÇÃO DO IMOBILIZADO	16.255,50
RESULTADO PATRIMONIAL	**0,00**
SUPERÁVIT EXERCÍCIO	

Tabela 10 – Balanço Financeiro - Receita

T Í T U L O	VALORES
RECEITA	**1.797.312,50**
ORÇAMENTÁRIA	**1.577.296,32**
RECEITAS CORRENTES	**1.564.196,32**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.210.548,97
RECEITA PATRIMONIAL	16.554,35
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	337.093,00
RECEITA DE CAPITAL	**13.100,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
ALIENAÇÃO DE BENS	13.100,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**14.132,05**
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	
DEVEDORES DA ENTIDADE	
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	
RESTOS A PAGAR	
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONVENIO A REALIZAR	
CREDORES DA ENTIDADE FORNECEDORES	
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	
BAIXA DO ATIVO IMOBILIZADO	30.387,55
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	16.255,50
AJUSTE EXERCICIOS ANTERIORES	
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**205.884,13**
BANCO C/MOVIMENTO	29.760,69
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	176.123,44
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONVÊNIOS	

Tabela 11 – Balanço Financeiro – Despesa

TÍTULO	VALORES
DESPESA	**1.797.312,50**
ORÇAMENTÁRIA	**1.725.544,72**
DESPESAS CORRENTES	**1.695.342,72**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	646.065,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.049.277,60
ESTOQUE ALMOXARIFADO	
DESPESAS DE CAPITAL	**30.202,00**
INVESTIMENTOS	30.202,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
RESERVAS	
RESERVAS DE CONTINGÊNCIAS	
DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**56.987,91**
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	
DEVEDORES DA ENTIDADE	
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS (INSS CONTRIBUIÇAO)	12.022,83
RESTOS A PAGAR	33.422,69
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	
DEPÓSITOS DIVERSAS ORIGENS	
CREDORES DA ENTIDADE	10.992,37
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO (Ajustes Patrimônio Líquido)	
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	550,02
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	
SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	**14.779,87**
CAIXA	0,00
BANCO C/MOVIMENTO	1.219,31
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13.560,56
POUPANÇA	

1 - Parecer do Conselho Fiscal

SENAR

Distrito Federal

Conselho Fiscal

PARECER

ENTIDADE – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
ADMINISTRAÇÃO – Administração Regional do Distrito Federal
DOCUMENTO – Prestação de Contas do Exercício de 2010.

Analisando a documentação relativa à Gestão Administrativa do Exercício de 2010 desta Administração Regional, com base no que estabelece a Resolução CF/Nº 001/2010 do Conselho Fiscal da Administração Central, e tendo em vista que o trabalho executado atendeu as normas contábeis e demais legislações a que o SENAR está sujeito, emitimos parecer **FAVORÁVEL** à aprovação da Prestação de Contas da Administração Regional do DF, referente ao Exercício de 2010. Conforme Ata lavrada nesta data.

Brasília-DF, 08 de fevereiro de 2010.

CONSELHO FISCAL

Henrique José Cruz Laender
Presidente

Carliene dos Santos Oliveira

Natal Gomes da Silva

2 - Parecer do Conselho Administrativo

SENAR
Distrito Federal

Conselho Administrativo

PARECER

ENTIDADE – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
ADMINISTRAÇÃO – Administração Regional do Distrito Federal
DOCUMENTO – Prestação de Contas do Exercício de 2010

O Conselho Administrativo do SENAR-AR/DF em reunião realizada no dia nove de fevereiro de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do SENAR-AR/DF, após análise das demonstrações financeiras e demais peças componentes da prestação de contas referente ao Exercício de 2010, baseando-se no parecer do Conselho Fiscal, resolve emitir parecer **FAVORÁVEL** à prestação de contas. Conforme ata lavrada nesta data.

Brasília-DF, 09 de fevereiro de 2010.

Renato Simplício Lopes
Presidente

Mário Benedito de Souza Silva

Rosanne Curi Zarattini

Carlos César Mota

Paulo Roberto Bonato